

**SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PRESIDÊNCIA**

RESOLUÇÃO Nº 4, DE 13 DE JUNHO DE 2000.

Fixa o valor a ser recolhido para o pagamento do porte de remessa e retorno de autos.

O PRESIDENTE DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais e com base no decidido na Sessão Plenária de 05.05.99, diante do disposto no art. 511 do CPC, com a redação dada pelo Art. 1º da Lei nº 9.756/98, e na letra B do Art. 41 da Lei nº 8.038/90, acrescentada pelo Art. 3º da Lei nº 9.756/98,

RESOLVE:

Art. 1º - A tabela de pagamento do porte de remessa e retorno dos autos tem os seguintes valores, considerando a distância a ser percorrida e o peso dos autos:

Nº de Folhas (Kg)	DF R\$	GO, MG R\$	MT, MS, RJ, SP, TO R\$	BA, ES, PR, PI, SC, SE R\$	AL, MA, PA, RS R\$	AP, AM, CE, PB, PE, RN, RO R\$	AC, RR R\$
Até 180 (1 Kg)	20,00	20,00	24,40	29,00	31,690	35,00	44,80
181 a 360 (2 Kg)	20,00	22,00	30,40	36,60	40,00	44,60	58,00
361 a 540 (3 Kg)	20,00	25,60	36,40	44,20	48,40	54,20	71,20
541 a 720 (4 kg)	20,00	27,40	39,40	48,00	52,60	59,00	77,80
721 a 900 (5 kg)	20,00	31,00	45,40	55,60	61,00	68,60	91,00
901 a 1080 (6 kg)	20,00	34,60	51,40	63,20	69,40	78,20	104,20
1081 a 1260 (7 kg)	20,90	38,20	57,40	70,80	77,80	87,80	117,40
1261 a 1440 (8 kg)	22,30	41,80	63,40	78,40	86,20	97,40	130,60
1441 a 1620 (9 kg)	23,70	45,40	69,40	86,00	94,60	107,00	143,80
1621 a 1800 (10 Kg)	25,10	49,00	75,40	93,60	103,00	116,60	157,00
1801 a 1980 (11 kg)	26,50	52,60	81,40	101,20	111,40	126,20	170,20
1981 a 2160 (12 kg)	27,90	56,20	87,40	108,80	119,80	135,80	183,40
2161 a 2340 (13 kg)	29,30	59,80	93,40	116,40	128,20	145,40	196,60
2341 a 2520 (14 kg)	30,70	63,40	99,40	124,00	136,60	155,00	209,80
Acima de 2521 fls por lote adicional de 180 folhas	1,40	3,60	6,00	7,60	8,40	9,60	13,20

Art. 2º - Os valores constantes desta Tabela devem ser recolhidos na rede bancária arrecadadora, mediante preenchimento de Documento de Arrecadação

REVOGADO

de Receitas Federais (DARF), adotando-se como código de receita a classificação "8021 Porte de remessa e retorno dos autos", juntando-se comprovante nos autos.

Art. 3º - O porte de remessa e retorno dos autos será recolhido pela metade do valor correspondente da tabela quando:

a) se tratar de recursos interpostos junto aos tribunais sediados em Brasília, sem utilização dos serviços da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT), caracterizando apenas o "porte de retorno";

b) se tratar de recursos interpostos junto ao Superior Tribunal de Justiça, que utiliza os serviços da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT), caracterizando apenas o "porte de remessa".

Art. 4º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Fica revogada a [Resolução nº 02, de 07 de maio de 1999](#).

PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. CUMPRA-SE.

MINISTRO PAULO COSTA LEITE